



Universalização do Saneamento: Desafios e Metas para o Setor

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)

São Paulo, 07 de novembro de 2011



**O PAPEL DO SETOR PRIVADO NOS INVESTIMENTOS EM
INFRA-ESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO**

PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA - DIRETOR PRESIDENTE

Fundação

1996 ABCON e 2001 SINDCON

Objetivo

Promover a participação das empresas privadas no setor de água e esgoto

Associados (Abcon + Sindcon)

91 associados

67 concessionários privados

24 empresas privadas

Contratos

179 Concessões plenas : 7,5 milhões de pessoas

38 Concessões parciais : 9,2 milhões de pessoas

217 Contratos : 16,7 milhões de pessoas



Em habitantes urbanos

72 %	26 empresas estaduais
18%	1500 serviços municipais
10%	217 concessionárias privadas

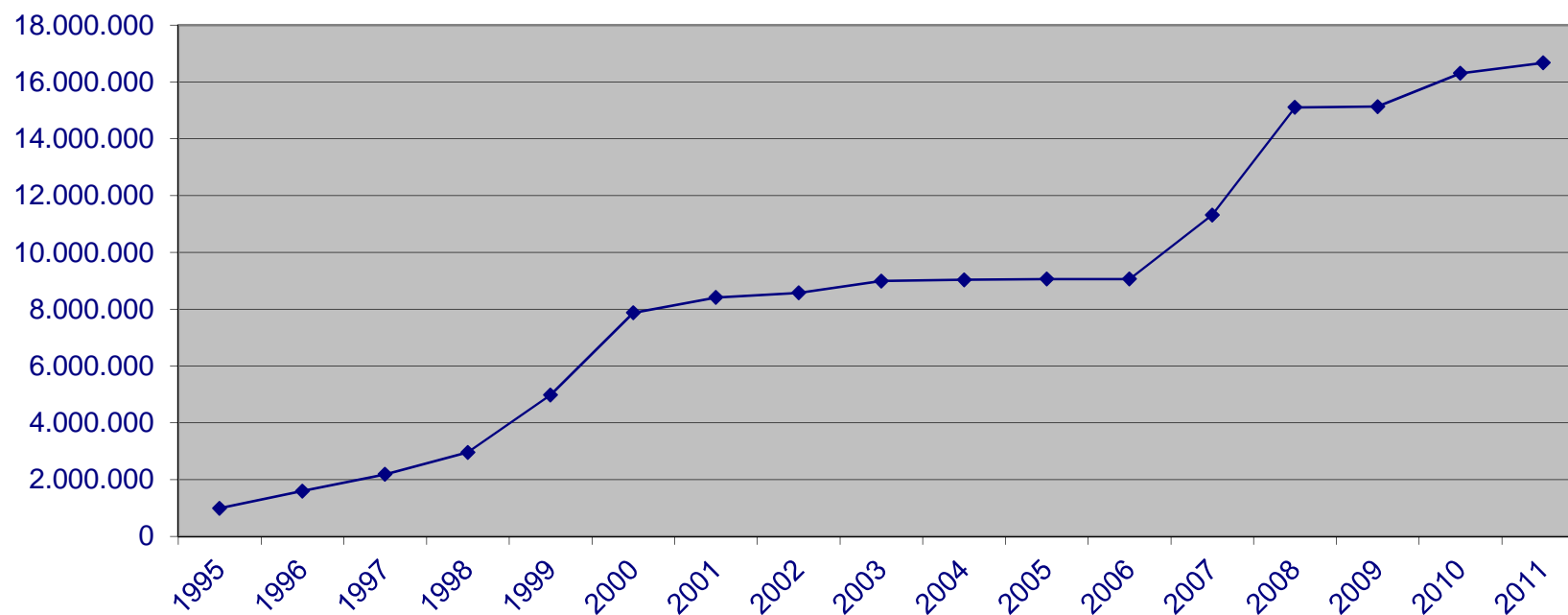


Concessões Privadas em Operação - novembro/11

Estados	Municípios	População Atendida (hab)	Investimentos Contratuais (R\$ Milhões)
Amazonas	1	1.730.416	2.700,00
Bahia	1	2.998.056	255,03
Espirito Santo	1	202.728	285,57
Mato Grosso	32	593.201	203,57
Mato Grosso do Sul	1	768.887	463,38
Minas Gerais	4	40.534	9,56 (estimado)
Pará	5	112.609	48,00
Paraná	1	125.000	73,20
Rio de Janeiro	16	2.116.798	2.096,82
Rio Grande do Sul	1	124.724	170,00
Rondônia	1	20.000	N.D
Santa Catarina	2	59.676	442,09
São Paulo	38	6.732.970	2.384,09
Tocantins	125	1.056.670	1.122,70
Total	229	16.672.269	10.253,97

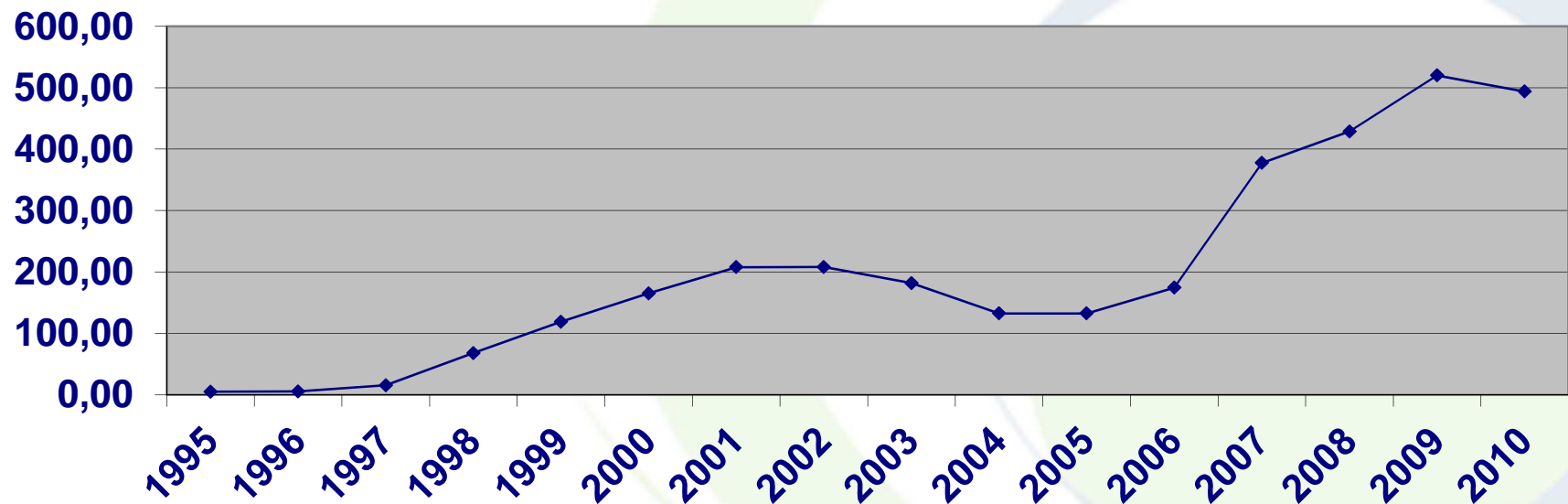


Evolução da população atendida pela iniciativa privada



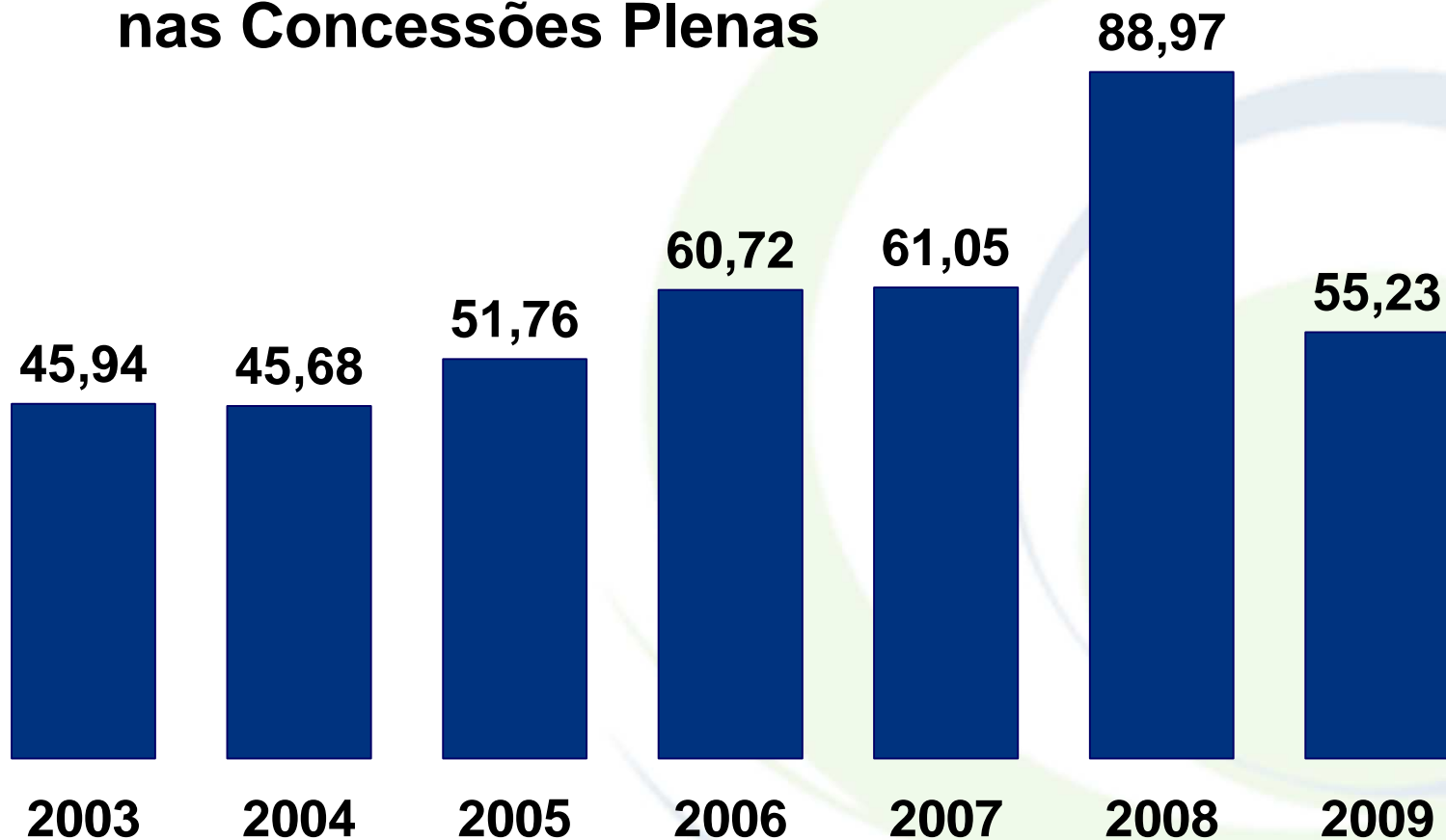
Evolução dos Investimentos Privados

R\$ / Milhões



INVESTIMENTOS PRIVADOS POR LIGAÇÃO DE ÁGUA

(R\$/lig.)
nas Concessões Plenas

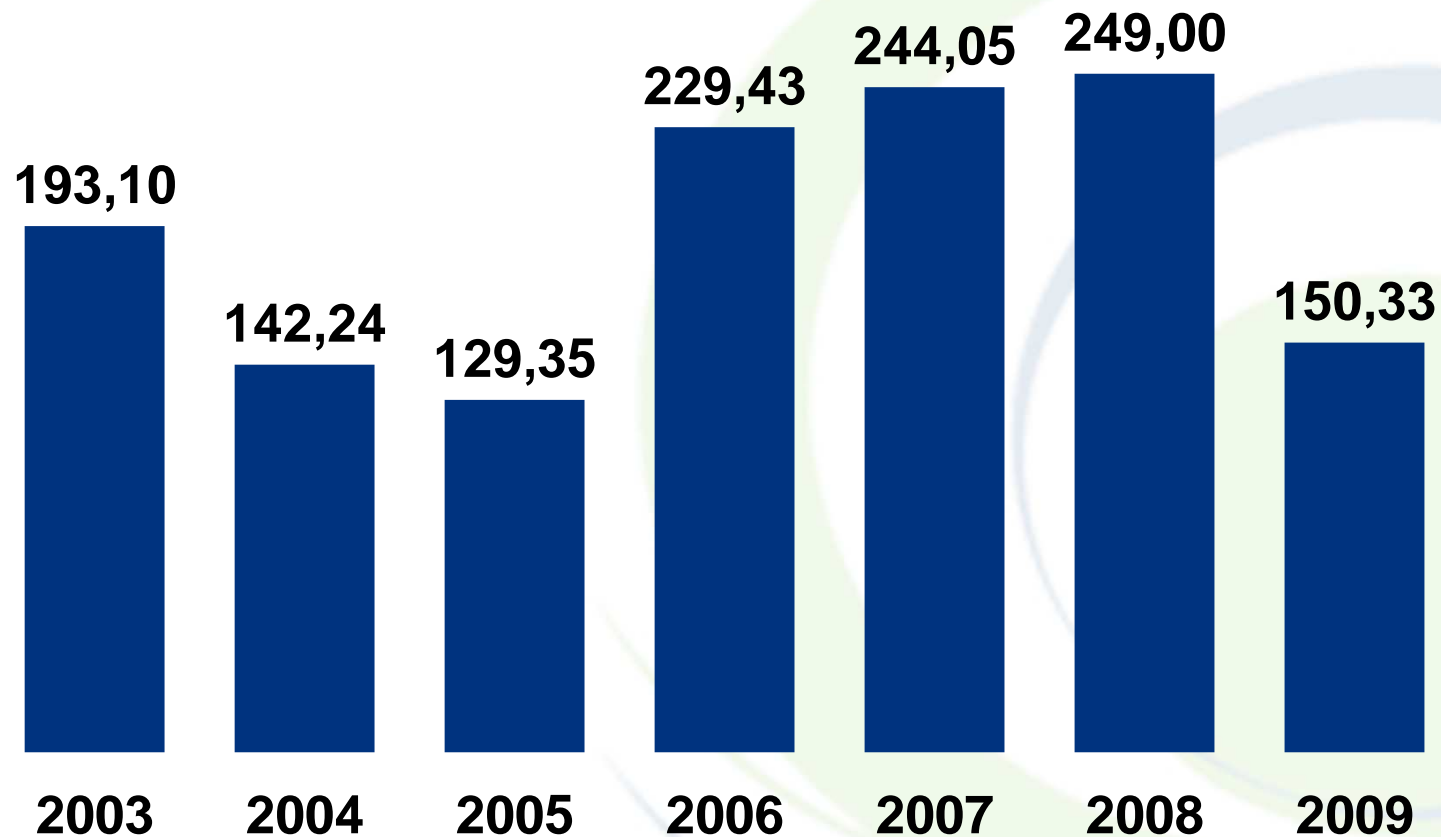


Fonte : SNIS/2009



INVESTIMENTOS PRIVADOS POR LIGAÇÃO DE ESGOTO

(R\$/lig.)
nas Concessões Plenas

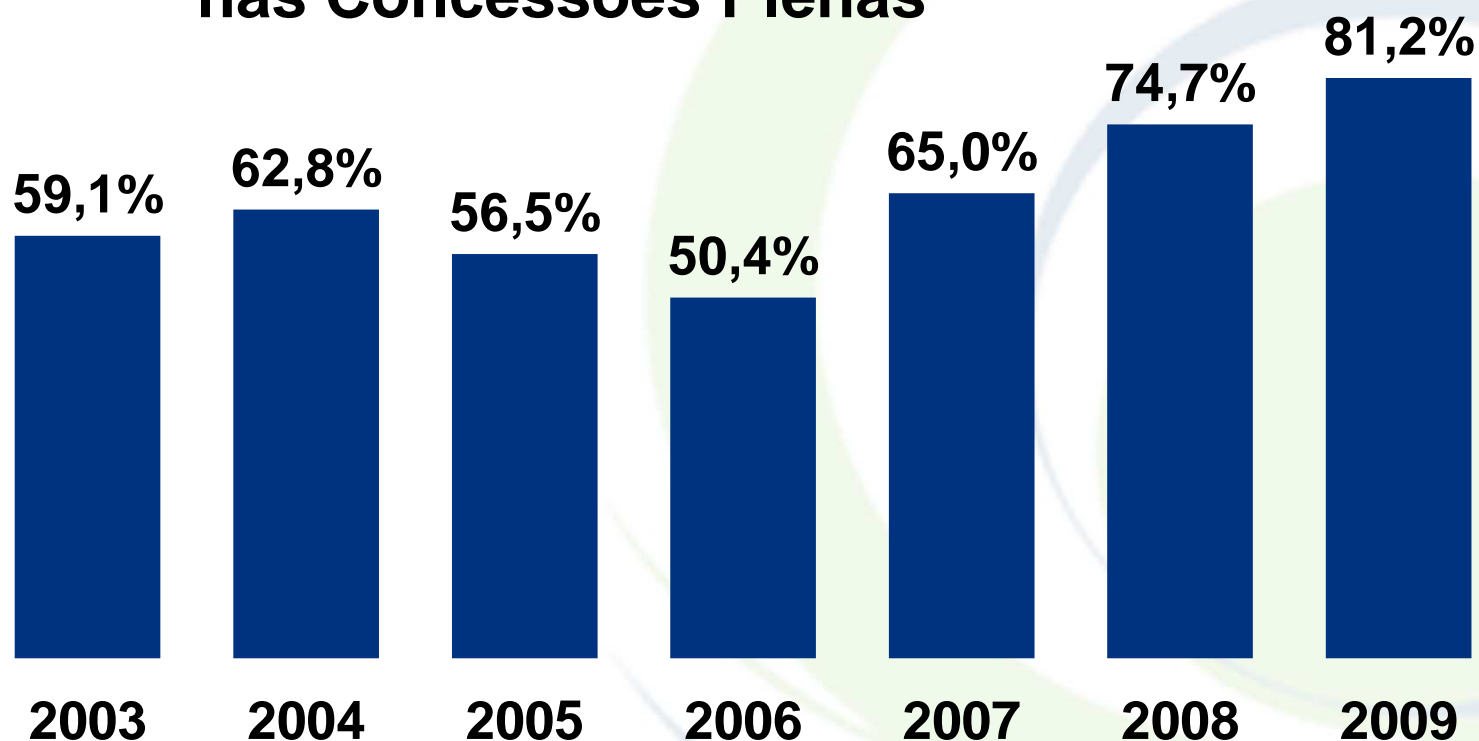


Fonte : SNIS/2009



INDICADOR DE TRATAMENTO DE ESGOTO

(Volume Tratado / Coletado)
nas Concessões Plenas



Fonte : SNIS/2009



INDICADOR DE TRATAMENTO DE ESGOTO

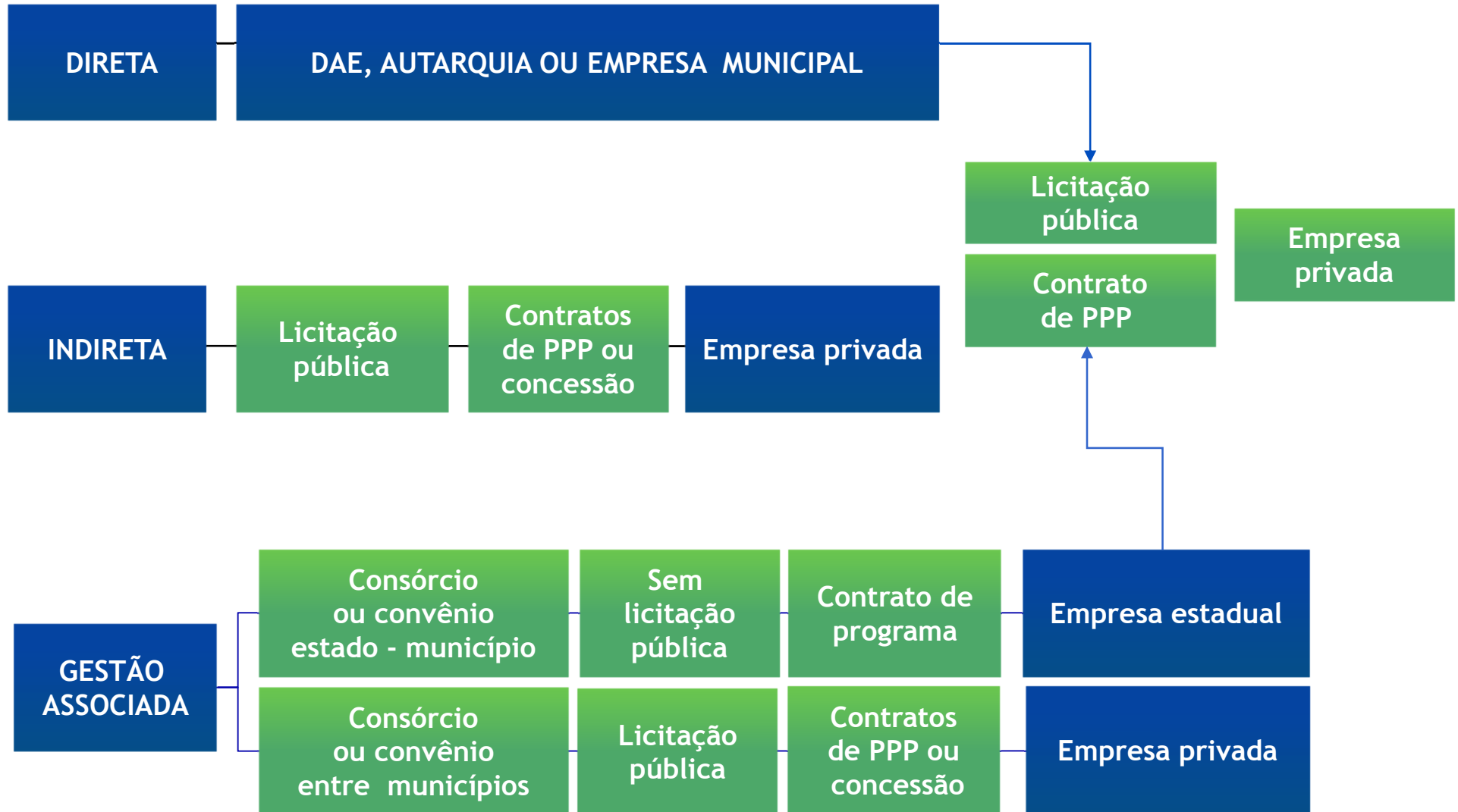
Nas Concessões Parciais ou PPP's de Esgoto

Municípios	Índice de Tratamento de Esgoto SNIS 2009
Ribeirão Preto	98,6%
Jundiaí	100%
Jaú	89,3%
Araçatuba	100%
Matão	100%



Formas de Participação Privada

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS



REQUISITOS BÁSICOS PARA A PARCERIA COM O SETOR PRIVADO

- Marco regulatório prévio
- Lisura do processo competitivo
- Regras claras e estáveis
- Redução dos riscos políticos (estabilidade institucional de um Estado de Direito)
- Estruturas tarifárias e de subsídios claras e transparentes



REQUISITOS BÁSICOS PARA A PARCERIA COM O SETOR PRIVADO

- Diagnóstico técnico e financeiro preciso
- Plano de investimentos adequado
- Arranjos financeiros e de financiamento adequados (juros, carência, amortização, etc.)
- Sinalização dos bancos públicos para alteração das normas de financiamento- Project Finance



Diretos

- Viabilizar investimentos públicos com gestão eficiente
- Iniciar imediatamente a execução de novas obras
- Melhorar rapidamente a qualidade dos serviços prestados
- Modernizar rapidamente as instalações existentes
- Caracterizar a condição pública dos ativos operacionais
- Afastar o dogma da privatização

Indiretos

- Gerar empregos a partir da execução de investimentos
- Melhorar a qualidade de vida da população
- Diminuir a incidência de doenças veiculadas hidricamente
- Reduzir as despesas com saúde
- Proporcionar maior valorização imobiliária
- Melhorar as condições ambientais





Os desafios a vencer para o desenvolvimento da PPP



CABE AO MINISTÉRIO DAS CIDADES

Acompanhar o cumprimento das leis do marco regulatório

Planos municipais e estaduais de saneamento

Regulação dos serviços

Regularização dos contratos (vencidos, precários ou inexistentes)

Divulgar os modelos de PPP disponíveis

Concessão

Concessão patrocinada

Concessão administrativa

Locação de ativos



CABE À CÂMARA E AO SENADO

Evitar a descaracterização do marco regulatório

Discutindo a fundo projetos de leis inadequados sobre

Fixação de tarifas

Limitação de cobranças dos serviços

Definição de regulamento para prestação dos serviços

**Não permitir que qualquer Projeto de Lei modifique a
Lei 11.445/07 - Lei do Saneamento**



Ministério Público e Tribunais de Contas

CABE AO MINISTÉRIO PÚBLICO E TRIBUNAIS DE CONTAS

Fiscalizar a aplicação adequada do marco regulatório

Planos Municipais e Estaduais de Saneamento realistas

Regulação profissional e independente. Ex: por bacia hidrográfica

Garantir a aplicação, promoção e defesa

da tarifa justa - principal financiador do setor

do subsídio transparente, direto, indireto ou cruzado

das PPPs - concessões plenas, patrocinadas , administrativas



CABE AO JUDICIÁRIO TRABALHAR PARA

Julgamentos harmônicos nos três níveis da federação

Não repetir os mesmos julgamentos - aplicar as jurisprudências

Dar velocidade às decisões jurídicas

Inibir a aplicação inadequada da justiça

Promover o modelo de arbitragem



CABE AOS TITULARES DE SERVIÇOS E ENTES REGULADORES

Buscar a eficiência operacional por meio de :

Investimentos auto-sustentáveis

Visão de longo prazo com planejamento

Parceria entre operadores públicos e privados

Modelos tripartites:

Município - SAE - Privado

Município- CESB - Privado



Organismos de financiamento

CABE AOS AGENTES FINANCEIROS

Promover :

A Parceria entre operadores e financiadores

O Compartilhamento de riscos

O Comprometimento do poder concedente

Reduzir :

A burocracia e as indefinições

Inovar modelos de financiamentos realistas e não exagerados nas garantias

Project Finance x Corporate Finance



CABE ÀS ENTIDADES (ONG s, OSCIP s, ASSOCIAÇÕES)

Exigir

Que a política seja usada para fazer saneamento
O Planejamento, a regulação e a universalização
A Prestação de serviços de qualidade para todos

Coibir

O uso do saneamento para fazer política
O uso do saneamento para fazer obras
O desperdício e má aplicação dos recursos



CONCLUSÕES NECESSÁRIAS

A união de esforços do setor público e do privado é uma via de acesso ao desenvolvimento e à universalização dos serviços de água e esgoto no prazo que o país precisa

Companhias estaduais de saneamento já perceberam que a PPP é uma alternativa para acelerar investimentos, ter acesso a novas tecnologias e resolver seus problemas

O atraso ideológico e corporativista não podem impedir o país de resolver seus graves problemas de saneamento, que provocam a morte de sete crianças por dia por doenças veiculadas hidricamente



Perspectivas futuras

Prevê-se que no futuro, a iniciativa privada alcance uma posição mais forte no setor de saneamento básico, convivendo em harmonia e em parceria com o setor público.

Estudos desenvolvidos pela Abcon prevêem que as empresas privadas deverão aumentar sua quota de participação nesse setor, podendo atingir entre 30% e 40% da população urbana até 2020.



O setor privado é parceiro facilitador das soluções

É uma opção à disposição dos gestores públicos

É uma alternativa para acelerar a universalização



OBRIGADO !!



abcon

Associação Brasileira das Concessionárias
Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto

Av. São Gabriel, 149 - Conj. 507 - Itaim Bibi
01435-001 - São Paulo - SP - Brasil
(55 11) 3165-6151
www.abcon.com.br
www.sindcon.com

